

Crime e sacrifício em “A intrusa”, de Jorge Luis Borges

Vívien Gonzaga e Silva (FALE/ UFMG)

A figura do bode expiatório é tomada, nessa leitura de “A intrusa”, de Jorge Luis Borges, como contraponto do crime de assassinato que desfecha um impasse amoroso surgido a partir da incursão de uma personagem feminina na vida de dois irmãos, Eduardo e Cristián Nilsen.

A narrativa de Borges reedita o tema da tríade amorosa, largamente explorado pela literatura, despindo-o, contudo, do matiz da moral burguesa que o popularizou, principalmente a partir do Romantismo, e que o elegeu como item quase obrigatório das telenovelas contemporâneas e também de certa tradição cinematográfica.

Em Borges, a nota passional será dada pelo trabalho de uma linguagem árida, estrita, sem enfeites. O texto recria, num léxico circunspecto, a rudeza da vida dos tropeiros, ao fim do século XIX, no pequeno povoado de *Turdera* — localidade surgida, de fato, no início do século seguinte, não muito distante da capital portenha.

Na forma de um reconto, a voz que narra, póstera aos fatos, remete a uma história que, “dizem”, alguém ouviu de alguém. Como efeito de uma cadeia de “variações e divergências” (BORGES, 2000, p. 428) a atravessar o tempo, tem-se a exatidão do enunciado colocada sob suspeita, para, ao fim, compor uma espécie de fábula trágica.

Eduardo e Cristián surgem no texto como dois crioulos altos e de longos cabelos avermelhados, em cujo sangue circulavam, anota o narrador, a Dinamarca ou a Irlanda, das quais nunca ouviriam falar. Sem parentes conhecidos e de passado ignorado, sabe-se apenas que foram “tropeiros, rebocadores, ladrões de gado e vez

ou outra trapaceiros” (BORGES, 2000, p. 428), e, com essa exígua biografia, eram célebres e temidos no povoado.

No cotidiano dos irmãos, os luxos se resumiam a poucos itens: “o cavalo, os arreios, a adaga de lâmina curta, os ornamentos espalhafatosos dos sábados e o álcool briguento” (BORGES, 2000, p. 427). Nesse ambiente de rinhãs e farras, que então demarcava a “vida de homens entre homens” (BORGES, 2000, p. 429), não se dizia que uma mulher pudesse ter alguma valia a não ser a mesma de um animal utilitário. E é com esse estatuto que Juliana, morena de olhos rasgados, chega ao casarão rústico dos Nilsen. Adquirida pelo irmão mais velho, Cristián, provavelmente das mãos de uma família miserável, Juliana será, no curto tempo que se apreende pela narrativa, vendida a um prostíbulo e novamente comprada pelos irmãos, como uma mercadoria qualquer, destinada tão-somente a suprir suas necessidades domésticas — nas quais se incluía o sexo. O sentimento que, nunca dito, une os irmãos no limite do interdito não irá suportar, porém, a intromissão da mulher — rês, coisa silenciosa a ameaçar a solidão até ali compartilhada pelos dois.

Juliana será morta; ou, na voz do narrador, “tristemente sacrificada” (BORGES, 2000, p. 430) como punição pelo fato de, ainda que à sua revelia, ter-se imiscuído no universo dos Nilsen e, principalmente, por passar da condição indistinta de coisa da casa à de objeto de estranho e particularizado desejo, e, pior, de um ambíguo e corrosivo ciúme que oscila entre os irmãos, mas que, paradoxalmente, não encontra a mulher como alvo.

A narrativa de Borges abre-se, nesse ponto, ao exame de antigos ritos de expiação como componentes do imaginário popular a justificar o crime de morte como imolação necessária. A idéia de sacrifício remete, então, a longínquas cerimônias religiosas, mas é muito provável que essa prática anteceda mesmo os ritos conhecidos, ajustando-se às primeiras formas de simbolização operadas pela humanidade. Pode-se aventar, por exemplo, que, em tempos remotos, essa

capacidade de simbolização estivesse coligada ao caráter inóspito e ameaçador da realidade, como parece ser também o mundo dos Nilsen.

Assim, quando dos primeiros agrupamentos humanos, distantes ainda da representação de um poder legislador, e no enfrentamento dessa realidade brutal, caberia aos penosos e sucessivos acordos entre partes viabilizar o convívio. As interdições, os limites, surgiriam da experiência concreta de sua ultrapassagem, da conduta, e de sua repetida anuência ou reprovação pelo grupo. Constitui-se, na sucessão dos séculos, um código coletivo que deve prevalecer sobre os desejos e pulsões individuais, e seu conteúdo, muitas vezes, é estabelecido pela demonstração diária da força e da superioridade de uns sobre os outros.

Na gênese desse código — ou códigos, considerando-se sua multiplicação e adequação aos diferentes trajetos históricos dos grupos humanos —, a ritualização da memória coletiva desempenharia um papel socializador, por meio do qual não somente se rememora e comemora as conquistas e descobertas desses povos, mas também, no que importa especialmente a esta reflexão, cumpre-se a entrada do homem na cultura, sua sofisticação mental e sua gradativa constituição como animal capaz de produzir o simbólico, capaz de substituir um dado qualquer de sua realidade física ou psíquica por algo que o represente. É nesse âmbito que se pode operar certo desligamento do rito sacrificial de uma experiência religiosa social e politicamente instituída, à qual essa prática se vinculou em dado momento do processo civilizatório.

Podemos tomar por base, por exemplo, a simbologia ritual associada ao *Yom Kippur*, ou Dia da Expição, Dia do Perdão, na antigüíssima cultura hebraica. Até a atualidade, a celebração desse rito inclui, para os judeus, vários dias de profunda reflexão e jejuns, iniciados no último mês do ano, de acordo com o calendário hebraico. Trata-se, em resumo, de um demorado processo de preparação para o início do novo ano, que deve ser recebido sem os erros, transgressões e pecados cometidos no ano anterior. Assim, o *Yom Kippur*, que é celebrado no décimo dia do mês hebraico

de *Tishrei*, culmina um longo período de purificação, através do arrependimento e do perdão. Nos primeiros tempos, porém, segundo a descrição bíblica (Lv 16, 5-16), nesse dia, eram levados ao Templo de Jerusalém um carneiro e dois bodes para a morte sacrificial; escolhido em sorteio, um dos bodes seria queimado com o carneiro, em holocausto, no altar do templo, enquanto o segundo receberia, das mãos do sacerdote, todos os pecados da humanidade, sendo, então, deixado no deserto para apresentar-se vivo perante o Senhor, fazendo com ele a expiação de todos os pecados dos homens. É nesse sentido que a expressão “bode expiatório” se popularizou, querendo designar aquele ao qual é atribuída a culpa pelo crime de outrem.

Em certo sentido, podemos entender essas práticas sacrificiais como modo de satisfazer a uma necessidade também já simbolizada, uma forma propiciatória cada vez mais afastada dos acontecimentos que lhe deram origem. Ao tomarmos, então, o sacrifício como traço comum à maioria das religiões, será necessário considerar que a experiência religiosa é fruto desse mesmo processo de distanciamento entre o mundo natural e a modelagem cultural da humanidade.

Nesse complexo trajeto de socialização, a função do sacrifício estaria ligada, pois, à necessidade de neutralizar aquilo que ameaça, de apaziguar o furor da natureza, de eliminar ou adiar aquilo que representa perigo real ou imaginário. Assim é que, no conto de Borges, viola-se um código de conduta que, embora não explicitado, é forte o bastante para definir o trato das emoções, talvez o único perigo real para os homens e mulheres daquele espaço impiedoso.

No povoado de *Turdera*, quando se passam os episódios narrados, os Nilsen já eram temidos, pois “não era impossível que devessem alguma morte” (BORGES, 2000, p. 428). A fama de truculência dos irmãos os antecedia nas trucadas, nas rinhas de galo, no prostíbulo local. Acima de tudo, entre eles, havia um

laço de união que reforçava esse temor junto ao compadrio: “Desentender-se com um era contar com dois inimigos” (BORGES, 2000, p. 428), justifica o narrador.

O destino trágico do “arranjo” amoroso estabelecido entre os irmãos e a mulher que os servia com submissão animal está, assim, emaranhado à condição em que esse mesmo arranjo se torna possível. Ali, naquele espaço de seres embrutecidos pela dureza de suas funções, pelo isolamento, por uma natureza adversa, pela comunicação dificultada pelo uso econômico da língua, a expressão da violência não chega a ser um dado surpreendente; ela é parte integrante daquele universo, naturalizada no ajuste diário entre os homens e seu meio.

Nesse contexto, em que, de acordo com a voz condescendente do narrador, “o trabalho e o descaso desgastam as mulheres” (BORGES, 2000, p. 428), Juliana ocupa o lugar de coisa, de propriedade, de objeto sobre o qual os irmãos têm pleno direito de vida e de morte. Não se espera dessa personagem mais do que o silêncio que a narrativa lhe concede. E em silêncio, ela será responsável pelos afazeres domésticos e servirá, inicialmente, para saciar o desejo do irmão mais velho e, depois, cumprindo suas ordens, também do mais novo.

Sabe-se, a certa altura, que esse acordo irá ultrajar o “decoro do subúrbio” (BORGES, 2000, p. 429), provocando reações por parte da comunidade. É provável, no entanto, que, naquele meio, não se tratasse da simples reprovação do sexo compartilhado. Antes, o que parece ter ferido o código de conduta local foi a percepção consensual de que, além do uso do corpo da mulher, que, afinal, pertencia aos irmãos por direito de compra, os Nilsen comungavam outra espécie de sentimento. O amor que, em sua expressão brutal, Juliana passa a receber de Eduardo e Cristián é também sua sentença de morte, pois, admitir que a paixão excedesse ao impositivo desejo do uso, que pudesse transmutar-se em alguma delicadeza, seria, para um e outro, intolerável humilhação.

Após inúmeras tentativas fracassadas para reordenar o mundo desestabilizado pelo surgimento do amor, os irmãos, em acordo tácito, chegam a uma solução. O assassinato de Juliana deverá pôr fim ao insuportável sofrimento que sua presença passara a significar. Processa-se, com a morte da personagem, sua passagem do plano ordinário, profano, para o sagrado; ela perde sua função material de coisa, de objeto — mesmo que de irrefreável desejo —, para ser alçada à esfera do simbólico.

Evidencia-se, nesse desfecho violento, uma complexa relação entre os modos de simbolização que sustentam, ao mesmo tempo, uma religiosidade primitiva, original, e os processos civilizatórios regulados pelos sistemas convencionados de sociabilidade.

Assim como os ritos sangrentos que sacrificavam animais — humanos inclusive — até a oferenda de flores, alimentos e atos, a prática propiciatória implica a escolha e a subsequente privação daquilo que é mais precioso para aquele que oferece o sacrifício, como forma simbólica de restabelecer os laços ameaçados ou rompidos com aquele a quem a dádiva é oferecida, seja o espírito de um antepassado venerado ou uma divindade. E, do mesmo modo como os animais escolhidos para o holocausto deveriam ser espécimes privilegiados, sem qualquer defeito ou mácula, os irmãos de *Turdera* oferecem a única coisa que teria podido significar algum sinal do sublime em sua existência de homens rudes — a experiência do amor.

Desse modo, sem explicitar qualquer prática religiosa ou mesmo a tradição em que essa prática encontra raiz — embora, em epígrafe, o conto recupere um dos livros bíblicos —, “A intrusa” permite aproximar, pela escrita de Borges, o crime passional ao rito sumário da expiação pelo sacrifício animal.

Parece improvável, contudo, que, para os Nilsen, haja qualquer noção de culpa ou pecado a ser expiado como nos ritos da Antigüidade hebraica. Contudo, a morte violenta de Juliana parece representar a chance de recuperação dos laços de

profunda amizade — também amor — que uniam os irmãos. Assassinada por Cristián, com o endosso do caçula, Juliana cumpre sua função de oferenda, não a um deus legislador, mas a uma divindade ambígua que, no tortuoso entendimento dos irmãos, regia o que, para eles, detinha a verdadeira dimensão do sagrado, a amizade espelhada. Quem sabe essa divindade pudesse se comprazer com o amor ofertado — a verdadeira vítima propiciatória — como contrapartida para a promessa de restituição da aliança entre os irmãos, fragilizada pela presença da mulher.

Juliana pagará com a vida por semear a discórdia entre Eduardo e Cristián — embora, de fato, não o tenha feito —, e mesmo sua morte será confiscada ao leitor: o cadáver, apenas sugerido no texto, ficará, como o bode ritual, ao relento, a ser reclamado pelos anjos do Senhor ou pelos carcarás dos pampas. Ao fim, “já não causará mais danos” (BORGES, 2000, p. 430), diz seu algoz, com a isenção dos justiceiros.

Referências

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas de Jorge Luis Borges*. São Paulo: Globo, 2000. v. 3.

BORTOLINI, José (Coord.). *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.